

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010896-80.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **Alvaro Henrique Bruno**
 Requerido: **Rodobens Negócios Imobiliários S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Alvaro Henrique Bruno propôs a presente ação contra a ré Rodobens Negócios Imobiliários S.A., requerendo: a) a tutela antecipada para que a ré se abstenha de incluir o nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito; b) seja declarada a inexistência do débito; c) a condenação da ré na repetição do indébito, no valor de R\$ 418,00, correspondente ao dobro do valor indevidamente negativado; d) a condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais sugerindo quantia equivalente a 30 salários mínimos.

A tutela de urgência foi deferida às folhas 54.

A ré, em contestação de folhas 65/95, requereu a retificação do polo passivo, para exclusão da ré Rodobens Negócios Imobiliários SA e a inclusão da ré Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária São Carlos IV SPE Ltda., suscitando preliminar de falta de interesse de agir, por não ter comprovado documentalmente o pagamento do valor cobrado. No mérito, requereu a improcedência do pedido, alegando que: a) o autor celebrou com a Sistema Fácil Incorp Imobiliária São Carlos IV SPE Ltda., um instrumento de compra e venda para aquisição de unidade residencial no Condomínio Moradas São Carlos I, comprometendo-se a pagar as parcelas avençadas no item V do "Quadro Resumo" do contrato firmado entre as partes; b) o autor comprometeu-se em efetuar o pagamento da Parte A do contrato mediante recursos próprios e da Parte B mediante financiamento junto ao agente financeiro Caixa Econômica Federal, no qual a ré figurou como interveniente construtora e fiadora; c) o valor que originou a negativação do nome do autor refere-se aos juros de obra, os quais não foram pagos pelo autor junto à CEF - Caixa Econômica Federal e a ré, como fiadora, foi obrigada a realizar o pagamento; d) os juros de obra são cobrados


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pela CEF e decorrem do contrato de financiamento; d) até o momento o autor não efetuou o pagamento da importância de R\$ 542,89 relativa aos juros de obra quitados pela ré junto à CEF, vencidos em 30/03/2011, 30/12/2011 e 29/02/2012; e) as cláusulas contratuais não são abusivas, não se configurando contrato de adesão, não sendo possível a revisão do contrato; f) não há dano moral a ser indenizado nem tampouco há de se falar em repetição de indébito. Requereu a expedição de ofício CEF para que esta informe se os valores foram cobrados e pagos pelas partes. Apresentou pedido reconvenicional, requerendo a condenação do autor no pagamento da quantia de R\$ 542,89, relativa aos pagamentos que a reconvinte efetuou junto à CEF na qualidade de fiadora. Requereu, por fim, a condenação do autor por litigância de má-fé.

Réplica de folhas 149/152.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado do mérito nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, sendo impertinente a prova oral ou pericial, instruindo-me pelos documentos carreados aos autos pelas partes (CPC, artigo 434).

De início, afasto o pedido de retificação do polo passivo requerido pela contestante Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária São Carlos IV SPE Ltda., tendo em vista que foi a ré Rodobens Negócios Imobiliários SA a responsável pela inclusão do nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito (**confira folhas 44/45**). Todavia, tratando-se do mesmo grupo econômico, defiro a inclusão da contestante Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária São Carlos IV SPE Ltda. Anote-se.

Afasto a preliminar de falta de interesse de agir por ausência de documento, uma vez que os documentos colacionados pelo autor são suficientes para a compreensão da demanda.

Tratando-se de relação de consumo, de rigor a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

No mais, pretende o autor que lhe seja declarada a inexistência de débito e a condenação das rés na repetição do indébito e no pagamento de indenização por danos morais. Sustenta que mediante instrumento particular de compromisso de venda e compra, adquiriu um imóvel residencial sob o nº 517, no Condomínio Moradas São Carlos I, sendo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a ré interveniente construtora. Em 30/12/2011, obtive a informação de que seu nome havia sido inserido no cadastro de inadimplentes, por um suposto débito no valor de R\$ 209,00. Entretanto, jamais deixou de efetuar o pagamento de qualquer valor que lhe foi encaminhado pelo agente financeiro Caixa Econômica Federal. Ademais, a Caixa Econômica Federal emitiu em favor do autor uma declaração de quitação anual de débitos – ano base 2015, a qual substituí, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais dos débitos.

De fato, a declaração de quitação anual de débitos comprova que o autor quitou os faturamentos mensais dos débitos do ano base (2015) e dos anos anteriores **(confira folhas 43)**.

Não obstante as rés alegarem, em contestação, que o débito se refere aos juros de obra que não foram pagos pelo autor e, na qualidade de fiadora, as rés acabaram por pagar, não instruíram a contestação com qualquer documento apto a demonstrar a verossimilhança de suas alegações.

Ao contrário, como já dito, a declaração de quitação anual de débitos jungida pelo autor comprova a inexistência de quaisquer débitos relativos ao contrato **(confira folhas 43)**.

De rigor, portanto, a procedência do pedido de declaração de inexistência do débito apontado pela corré Rodobens Negócios Imobiliários.

Por outro lado, improcede o pedido de repetição do indébito.

O artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece que *o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável*.

O autor não demonstrou documentalmente que pagou em excesso qualquer quantia, tão somente comprovou que teve seu nome lançado indevidamente nos órgãos de proteção ao crédito.

Assim sendo, de rigor a improcedência do pedido de repetição do indébito.

Por fim, procede o pedido de condenação das rés no pagamento de indenização por danos morais.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O extrato colacionado pelo autor comprova que seu nome foi inscrito nos órgãos de proteção ao crédito (**confira folhas 45**).

Trata-se do chamado *damnum in re ipsa*, que dispensa a comprovação do abalo moral sofrido.

Nesse sentido:

Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenizatória por danos morais – Inclusão do nome do autor nos cadastros de proteção ao crédito, por débitos cuja origem da contratação não reconhece – Sentença de procedência – Recurso das partes insurgindo-se tão somente quanto ao reconhecimento dos danos morais e o quantum indenizatório – Danos morais que se comprovam com a simples inclusão indevida do nome do autor nos cadastros de proteção ao crédito (*damnum in re ipsa*) – Valor da indenização a comportar majoração, em consonância com os princípios da razoabilidade e ponderação – Recurso da ré negado, provido em parte o adesivo do autor. Honorários advocatícios – Verba arbitrada em consonância com o art. 20, §3º, do CPC, não comportando qualquer reparo – Sentença mantida – Recurso do autor negado. Recurso da ré negado, provido em parte o apelo do autor (Apelação 1011272-70.2015.8.26.0576 Relator(a): Francisco Giaquinto; Comarca: São José do Rio Preto; Órgão julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 04/10/2016; Data de registro: 04/10/2016).

Considerando a condição econômica das partes e o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, considerando-se, para tanto, a data da inclusão indevida, ou seja, 30/12/2011 (**confira folhas 45**).

Diante do exposto, acolho, na maior parte, o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: (i) declarar inexistente o débito apontado pela ré Rodobens Negócios Imobiliários SA, no valor de R\$ 209,00, mantendo-se a tutela antecipada; (ii) condenar as rés, solidariamente, no pagamento de indenização por danos morais em favor do autor, no valor de 12.000,00 (doze mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, nos termos da fundamentação. Sucumbentes na maior parte, condeno as rés, solidariamente, no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 02 de janeiro de 2017.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**